ALVARO THEODOR HERMAN SALEM CAGGIANO

O controle judicial da eficiência administrativa

Tese de Doutorado

Orientador Professor Doutor Edmir Netto de Araújo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

ALVARO THEODOR HERMAN SALEM CAGGIANO

O controle judicial da eficiência administrativa

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de
Direito do Estado, para obtenção do título de Doutor
em Direito.

Área de concentração: Direito do Estado – Direito
Administrativo

Orientador: Professor Doutor Edmir Netto de Araújo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Caggiano, Alvaro Theodor Herman Salem

O controle judicial da eficiência administrativa
/ Alvaro Theodor Herman Salem Caggiano; orientador
Edmir Netto de Araújo -- São Paulo, 2017.

288

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Estado) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2017.

1. Controle jurisdicional. 2. Direito
Administrativo. 3. Princípio da eficiência. 4. Estado
democrático de direito. I. Araújo, Edmir Netto de,
orient. II. Título.

ALVARO THEODOR HERMAN SALEM CAGGIANO

O controle judicial da eficiência administrativa

Tese apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutor em Direito.

Área de Concentração: Direito do Estado - Direito
Administrativo

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edmir Netto de Araújo

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Registro meus sinceros agradecimentos a todos os amigos e amigas que me ajudaram nessa etapa acadêmica de grande importância para a minha vida.

A todos os meus professores e professoras, sem os quais esta pesquisa caminharia por trilhas menos iluminadas.

Certamente, sem os ensinamentos do meu orientador Prof. Dr. Edmir Netto de Araújo, igualmente não poderia vivenciar o doutoramento com segurança e entusiasmo, entre outras tantas emoções que emergem desse relacionamento duradouro, semeado desde 2009, com o mestrado, passando pelo doutorado e que seguirá por outros tantos desafios. Aos meus pais, Monica Herman e Carlos Salem, que jamais deixaram de acreditar no meu potencial, e me incentivam de todas as formas possíveis e impossíveis.

Aos meus filhos, Matheus Caggiano (8 anos) e Maíra Caggiano (5 anos), que souberam respeitar esse momento com maturidade, e que, igualmente, assimilaram a importância que a educação deve alcançar em suas respectivas trajetórias.

Ao meu amor, Vanessa Caggiano, sempre presente de corpo, alma e espírito, companheira nas horas mais difíceis e razão de todas as minhas conquistas.

“Fé inabalável é a única força que pode encarar a razão de igual para igual em qualquer época da humanidade”.

Evangelho Segundo o Espiritismo – Allan Kardec

CAGGIANO, A. T. H. S. *O controle judicial da eficiência administrativa*. 2017. 288 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

A perspectiva da pesquisa realizada que evoluiu para fundamentar esta tese de Doutorado revela uma acentuada preocupação com a implementação do *bom governo*, esperança e aspiração da sociedade brasileira. Nesta linha, o trabalho busca examinar o desenvolvimento do princípio da eficiência que, embora tardiamente marque presença no art. 37, da Constituição Cidadã, de 5 de outubro de 1988 (E.C. n. 19/4.06.1998), há longos anos vem sendo tratado e aprimorado no seu conteúdo, na expectativa de respaldar governos que atendam, concretamente, às demandas que emanam da sociedade, às metas de interesse público e ao bem comum, ou seja, o desenvolvimento da sociedade, dos grupos e setores que a integram e de cada um dos indivíduos.

Percorrendo a história das instituições, examinando a trajetória do Direito Administrativo, disciplina a albergar o estudo dos princípios de regência da atividade administrativa e, em especial, do cânone da eficiência, detendo um especialíssimo olhar sobre as propostas de Reforma do Estado, este trabalho oferece ao leitor uma visão das medidas e providências que foram adotadas e dos projetos em desenvolvimento, com vistas a tornar a eficiência do Estado uma realidade, retirando-a do plano de hibernação, de mero sonho dos governados.

Mais até, a tese aponta a judicialização das questões atinentes à eficiência das ações do Poder Público como a ferramenta mais eficaz, até o momento, para tornar efetivas as políticas públicas exigidas pela sociedade, por via de reclamos esparsos, contínuos e sempre atendidos pelo Poder Judiciário. Este, portanto, em pleno exercício de atividade imprópria, passa a produzir decisões de perfil político, até há poucos anos reservadas aos Poderes Legislativo e Executivo. Ao decidir, contudo, o Judiciário se transforma, assumindo o papel de concretizador da eficiência administrativa, por implementar medidas que os governados aguardam. Enfim, assume o Judiciário a postura de ferramenta a impor ao legislador e à Administração Pública o respeito e o dever de garantir a eficiência de sua atividade.

Palavras-chave: Direito Administrativo; Princípios de gerência da atividade administrativa; Estado democrático de direito; Princípio da eficiência; Corrupção e desenvolvimento; Judicialização das políticas públicas.

CAGGIANO, A. T. H. S. *The judicial control of administrative efficiency*. 2017. 288 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

The topic of this research that eventually configured the basis of this Doctoral Thesis is keenly concerned with a common hope of the Brazilian society: the implementation of *good government*. Accordingly, this work examines the elaboration of the principle of efficiency enshrined in the Article 37 of the 1988 Brazilian Federal Constitution. Despite its late inclusion, the 1988 Brazilian Federal Constitution was enacted in October 5th, 1988, whereas the principle of efficiency was introduced through the 19th Amendment of 1998. Its content has been intensely discussed and developed with a view to providing a workable framework for governments to meet the demands of society, to promote public interest objectives and to ensure the common good. In a word, to promote the development of the various groups and the individuals that compose society.

From a historical narrative for the institutional history of Administrative Law, which studies the principles that regulate administrative activities, specially the tenet of efficiency, this work sheds light on State reform proposals and offers a perspective on the policies and measures adopted, as well as on various development projects, in order to transform the abstract (and somewhat dormant) concept of efficiency into a concrete reality.

This thesis also maintains that the effectiveness of the public policies on the community demands has best been addressed by judicial response to issues regarding the efficiency of the initiatives implemented by the Public Administration, as the Judiciary Branch usually answering the continuous stream of cases. Faced with a task they were not meant to perform, courts have begun to dictate politically motivated rulings, thus exercising powers that traditionally fell in the exclusive province of the Legislative and Executive Branches. By playing this role, however, the Judiciary Branch has reinvented itself into an agent of administrative efficiency that must meet the expectations of society regarding policy implementation. In conclusion, the Judiciary Branch has become an instrument to ensure the Legislative Branch and Public Administration to honor their duty to conduct their activities efficiently.

Key words: Administrative Law; Principles of administrative activities management; Democratic State; Principle of efficiency; Corruption and development; Public Politics Judicialization.

CAGGIANO, A. T. H. S. *Le contrôle judiciaire de l'efficacité administrative*. 2017. 288 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RÉSUMÉ

La perspective de la recherche réalisée - qui a avancé pour être le fondement de cette thèse de Doctorat dénote une préoccupation intense avec la question qui concerne l'implémentation du bon gouvernement, une ancienne aspiration et espoir de la société brésilienne. Donc, ce travail s'agit d'étudier le développement du principe de l'efficacité, qui a néanmoins été tardivement inclut dans notre Constitution Citoyen du 5 octobre 1988 (art. 37, avec les modifications introduites par le E.C. 19/1998); a été étudié et examiné au long de plusieurs années avec l'expectative d'un élargissement et perfectionnement de son contenu pour être le guide des gouvernements qui respectent les demandes du peuple, les besoins de l'intérêt publique, le bien commun, ce qui veut dire, alors, un gouvernement qui travaille pour le développement de la société, des groupes et secteurs qui l'intègrent et pour chacun et tous les citoyens.

Le point de départ est l'histoire des institutions et la trajectoire évolutive du Droit Administratif, qui est la branche du Droit qui s'occupe de l'étude des principes qui dirigent l'activité administrative et, particulièrement, le principe d'efficacité. Il faut dire qu'il y adans cette travail une attention spéciale aux projets de Réforme de l'État en plus, il est offert au lecteur une vision des démarches et projets adoptés en vue de rendre l'efficacité de l'État une réalité, le sortant de l'hibernation et de simple rêve des gouvernés.

Plus encore, la thèse affirme que la judicialisation des questions concernant l'efficacité de l'activité du Pouvoir Publique peut être vu comme l'outil le plus efficace, jusqu'à présent, pour rendre concrètes les politiques publiques que la communauté sociale exige, à travers de demandes intenses toujours prises en considération par le Pouvoir Juridictionnel. Celui-ci donc, en plein exercice d'une activité impropre, prend des décisions de caractère politique, réservées jusqu'à récemment aux Pouvoirs Législatif et Exécutif. De ce fait, à travers ces décisions, le Pouvoir Juridictionnel assume le rôle de rendre concret le but d'atteindre l'objectif de l'efficacité administrative pour prendre les décisions que le peuple attend de la part des gouvernants. Enfin, le Pouvoir Juridictionnel prend une attitude qui impose au législateur et à l'Administration Publique le respect et le devoir de garantir l'efficacité de son action.

Mots-clés: Droit Administratif ; Les principes de régence de l'activité administratif; L'État de droit démocratique; Le principe d'efficacité; Corruption e development; La judicialisation de la politique

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA: EVOLUÇÃO.....	15
1.1 A IDEIA DE GOVERNO EFICIENTE E SEU TORTUOSO E PERSISTENTE PERCURSO.....	15
1.2 A EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO: ACOLHEDOR PREPONDERANTE DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA.....	25
1.3 O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO MODELO DE ESTADO DE DIREITO: PRINCÍPIOS E REGRAS DE REGÊNCIA	35
1.4 PANORAMA DAS PRINCIPAIS REFORMAS DO APARELHO DO ESTADO NO BRASIL E O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA.....	49
2 EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E SUA INTERFACE COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE REGÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO (previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988)	67
2.1 A LEGALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	67
2.2 O PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO E A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	72
2.3 O PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	74
2.4 O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO E A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	77
3 EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA. ASPECTOS DE RELACIONAMENTO COM OUTROS PRINCÍPIOS, INSTITUTOS E FENÔMENOS	80
3.1 EFICIÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA.....	80
3.2 EFICIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO	86
3.3 EFICIÊNCIA, ECONOMICIDADE E CORRUPÇÃO	92
3.4 EFICIÊNCIA, EFETIVIDADE E EFICÁCIA	99
3.5 EFICIÊNCIA E MOTIVAÇÃO.....	104
3.6 EFICIÊNCIA, RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.....	110
3.7 EFICIÊNCIA, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE DA AÇÃO ADMINISTRATIVA.....	114

3.8 EFICIÊNCIA E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....	129
3.9 EFICIÊNCIA, PROCESSO, PROCEDIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	133
3.10 EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE, PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO	140
3.11 EFICIÊNCIA, AGENTES PÚBLICOS E ESCOLAS DE GOVERNO	144
4 O CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PANORAMA ATUAL COM ENFOQUE NA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA NO BRASIL E NO DIREITO COMPARADO	151
4.1 CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NOÇÃO E ABRANGÊNCIA	151
4.2 CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – UNIDADE E DUPLICIDADE DE JURISDIÇÃO	161
4.3 O CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA SOB O ENFOQUE DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA NO BRASIL	168
4.4 O CONTROLE JUDICIAL DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: JURISPRUDÊNCIA.....	187
4.5 O CONTROLE DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DIREITO COMPARADO: JURISPRUDÊNCIA.....	202
4.5.1 Sistema de Common Law – EUA - UK	203
4.5.2 Sistema romano-germânico: França, Portugal, Itália, Alemanha e Espanha	207
4.5.3 Argentina, Uruguai e Bolívia	214
5 A NOVA DIMENSÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E OS PARÂMETROS DE ABORDAGEM PARA O CONTROLE JUDICIAL.....	219
5.1 PROPOSTA DE REMODELAGEM REFERENTE À DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA NO BRASIL	220
5.2 PROPOSTA DE PARÂMETROS DE ABORDAGEM PARA O CONTROLE JUDICIAL DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA NO BRASIL	224
CONCLUSÕES.....	231
REFERÊNCIAS	240

INTRODUÇÃO

Os desmandos, os escândalos políticos e o grave reflexo que resultaram no campo da economia situação de crise que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos confirmaram a relevância da pesquisa e do estudo que se pretendeu realizar desde o início do curso de Doutorado.

O exame do princípio da eficiência administrativa restou com a sua notoriedade, a par de resguardada, também realçada pela impositiva necessidade de melhor investigar seus contornos, o seu conteúdo, os mecanismos direcionados a sua aplicação e, de modo especial, a atuação do Poder Judiciário na sua concretização. O papel do Judiciário na efetiva concreção desse princípio que a Constituição brasileira albergou, embora tardiamente, revelou-se um dos pontos de maior atenção e preocupação deste trabalho.

Com efeito, foi somente em 1998 que o cânone da eficiência passou a integrar a base principiológica que nortearia a atividade da Administração Pública, estreando no *caput* do art. 37, da Constituição Federal de 1988. Isso por força da conhecida Emenda Constitucional de n. 19, promulgada em 4 de junho de 1998, que pretendia introduzir medidas voltadas a agilizar o desempenho dos órgãos estatais, bem como conferir à Administração Pública instrumental mais adequado e em consonância com os novos rumos do Direito Administrativo para o atingimento dos interesses da sociedade.

Estudos e abordagens tratando da eficiência administrativa, já no pedestal de princípio constitucional afiguram-se escassos, e pode-se anotar que a literatura jurídica sobre o tema denota certa timidez, cuidando dessa matéria como vinculada à legitimidade da ação do Estado ou à democracia social, que encontra nas decisões do Poder Judiciário colaboração poderosa para o implemento dos direitos sociais consagrados na Constituição “Cidadã” de 1988.

A esse passo, a proposta consiste em dissecar os elementos conformadores da máxima da eficiência administrativa e a identificar os limites que, na consecução do princípio, incluindo o exame dos atos discricionários da Administração Pública, são impostos ao Poder Judiciário na revisão e controle externo ao qual procede por competência constitucionalmente a ele atribuída.

Na realidade, a ideia do bom governo, de uma atuação do poder ou, mais precisamente, de uma ação dos detentores do poder político, dirigida ao atingimento do interesse comum, em todos os tempos foi a expectativa dos indivíduos componentes da comunidade.

Logo na Antiguidade vem registrada a lição de Confúcio (551 - 479 a.C.), que reclama por um governo responsável e justo e, nessa linha do tempo, são evidenciadas as preocupações de Sócrates e Platão quanto ao “estado ideal”.

Essas angústias e questionamentos escoltam o desenvolvimento das sociedades, alcançando até as contemporâneas, juridicamente organizadas, em que o poder é exercido por intermédio de normas, editadas e aplicadas em conformidade com os procedimentos ditados por constituições.

No Brasil, a noção do bom governo e a batalha perseguindo a aplicação e o atendimento desse objetivo, a seu turno, foram motivação para a elaboração de estudos nas mais diferentes épocas, até por se afigurarem inerentes à concepção de República e à Democracia que se almejava construir. A meta do bom governo, aliás, acompanhou, servindo como fundamento, as denominadas reformas do Estado, forçando até mesmo a elevação da eficiência, de modo explícito, ao nível de princípio constitucional, determinante para a ação pública.

Ressalte-se, outrossim, que a constitucionalização da ideia do bom governo, por força de sua inserção na máxima da eficiência, prevista agora no *caput* do aludido art. 37, resultou na criação de verdadeiro Direito Fundamental. Destarte, emerge entre nós a imposição do governo eficiente na posição de direito público subjetivo, faculdade conferida ao cidadão e que lhe assegura a possibilidade de reclamar por sua concretização.

Partindo dessa premissa, buscou-se perquirir os elementos constitutivos do objetivado cânone da eficiência, procedendo a este estudo no campo do Direito Administrativo, ramo que de forma peculiar o acolheu. Em especial, o Direito Administrativo insuflado pelos teoremas do Estado de Direito e da criticada – porém sempre presente – separação de poderes apresentou-se como principal área para o progresso desta pesquisa, que visou abordar a máxima nas diferentes etapas que o Direito Administrativo conheceu na doutrina pátria.

Concretamente, a tese se desdobra em cinco diferentes partes, sendo que os capítulos 2 e 3 objetivam examinar a eficiência em relação aos demais princípios informadores das condutas a cargo da Administração Pública, abordando, em um primeiro momento, a sua interface com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade.

Em seguida, propõe-se à análise da máxima que fixa a necessidade de administração eficiente em seu relacionamento com outros comandos constitucionais, promovendo-se a investigação dos princípios da segurança jurídica, da exigência de participação, da economicidade, da efetividade e eficácia, da motivação, da razoabilidade e proporcionalidade, do planejamento, do processo e procedimento, da sustentabilidade, da prevenção e precaução. E, nesse segmento, não se deixa de verificar a relação que é estabelecida com os agentes

públicos, nem é ignorada a ocorrência de fenômenos inseridos na plataforma da patologia dos atos administrativos, a exemplo da corrupção que opera como fator impeditivo no que concerne ao cumprimento da eficiência.

Dedica-se o quarto capítulo ao estudo do controle incidente sobre a atuação do Poder Público, com enfoque no controle externo que é atribuído ao Legislativo e, nesse contexto, a pesquisa busca apresentar a relevância e o potencial ampliado que foi conferido ao exame a cargo dos Tribunais de Contas. A verificação das contas públicas revela-se como ponto inexpropriável da avaliação quanto à boa administração – a administração eficiente. Contudo, mais que isso, essa parte da tese destina-se à análise do controle externo que é praticado pelo Poder Judiciário, suas bases conformadoras, seu fundamento e seus limites. E, como não poderia se olvidar, apresenta-se a referida problemática e o seu tratamento no Direito Comparado, até porque a própria pesquisa exige o estudo comparativo, visualizando as soluções detectadas em outros ordenamentos jurídicos.

Por derradeiro, o Capítulo 5 insere as propostas, tanto no que concerne à opção de remodelação do conteúdo da eficiência administrativa no Brasil, com vistas a contribuir para sua correta aplicação, como no tocante aos parâmetros de abordagem para o controle judicial, prática que vem se oferecendo como verdadeira colaboração à eficaz produção de administração eficiente.

A tese não tem a pretensão de esgotar o tema. Procura-se atender às demandas atuais de uma sociedade que reclama por uma administração eficiente e, aprofundando-se nos elementos conformadores dessa máxima – hoje constitucionalmente tutelada –, é proposta uma nova dimensão ao controle externo, em particular ao atribuído ao Poder Judiciário que, sem ignorar limites, poderá assumir o papel de coadjuvante na plena consecução da eficiência a coroar a atividade administrativa.

CONCLUSÕES

Inferese a partir da pesquisa realizada, estendida sobre doutrina, jurisprudência, bem como conhecimentos assimilados em aulas, palestras e conferências de ilustres doutrinadores, no decorrer do Curso de Doutorado, que o princípio da eficiência administrativa, cravado em nossa Lei Maior de 1988, no *caput* do art. 37, merece tratamento atencioso, no sentido de lhe conferir contornos conformadores mais sólidos pelos quais a Administração Pública deverá trilhar seu caminho, sobretudo em razão de se tratar um direito fundamental do cidadão e da sociedade em geral.

Sob tal chancela, a Administração Pública eficiente opera em harmonia aos direitos e garantias individuais e sociais fundamentais esculpidos no art. 5º e 6º, bem como com maior probabilidade de concretizar os objetivos fundamentais estipulados no art. 3º, todos da Constituição Federal de 1988.

E mais, diante da ineficiência administrativa, resta ao Poder Judiciário reestabelecer o caminho para o bom governo, respeitando-se os respectivos limites, porém, se possível, com abordagem mais qualificada em tal mister de controle da legalidade (juridicidade) da Administração Pública.

Em suma, foi verificado que:

1 - A ideia de bom governo foi investigada por tantos filósofos e autores das mais variadas épocas e acompanhou os diversos períodos constitucionais brasileiros, sendo inerente a própria concepção de república e democracia, na medida que todos os nossos pactos constitucionais se “espiritualizam”, sob a ideia mínima de bom governo, entre os mais variados objetivos e princípios.

2 - A referida expressão fora inserida no princípio da eficiência administrativa, o qual, por sua vez, acompanhou como protagonista, não exclusivo, mas tão importante quanto outros objetivos, as principais reformas do aparelho administrativo positivadas durante a evolução de nossa sociedade.

3 - A ideia de eficiência administrativa já estava incorporada na textura normativa de nossa Lei Maior, presença implícita a partir da interpretação de outros dispositivos, inclusive dos princípios elencados no *caput* do seu art. 37, que preconizou em um primeiro momento os princípios de regência da Administração Pública, arrolando a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade. Sob o impacto da Reforma Administrativa pautada pela Emenda Constitucional n. 19/1998, o ideal de bom governo, sob a roupagem gerencial, restou

consagrado com a previsão explícita do princípio da eficiência, cânone acrescido pela respectiva reforma ao já referenciado dispositivo do *caput* do art. 37.

4 - O sentido de bom governo, hodiernamente, entre nós, é norma de natureza principiológica, a qual uma vez incorporada ao princípio da eficiência, sem abandonar, por óbvio, o relacionamento com os demais princípios da Administração Pública previstos no art. 37, da Constituição Federal 1988, se traduz em direito fundamental dos governados brasileiros e dever do Estado em pautar suas condutas de forma que o cumpra na íntegra, sob pena de vir a ser responsabilizado pelo desatendimento. Nessa ordem, o *standard* da eficiência passa a ser considerado verdadeiro limite imposto ao governante, o qual por força do comando principiológico, deve prestar contas de sua gestão e da ação desenvolvida pelos órgãos públicos e dos resultados das políticas praticadas e respectivos negócios públicos.

5 - O princípio da eficiência administrativa serve mais ao Direito Administrativo do que qualquer outro segmento no Direito, considerando que é no desenrolar da função administrativa do Estado (objeto do Direito Administrativo), seja em quaisquer dos três poderes que se concretizar, que os anseios dos destinatários das ações concretas, diretas e imediatas do Estado deverão ser rigorosamente atendidos, e mais, com o espectro da eficiência administrativa como norma, o que obriga a ação administrativa não somente a conduta nos termos da lei, mas também otimizando o resultado aguardado qualificado pelo interesse público envolvido da forma mais econômica possível.

6 - Vale frisar, ademais, a própria topografia constitucional que optou o constituinte reformador no enquadramento do princípio no texto, sendo que é bastante produtiva a doutrina sobre o tema, na grande maioria composta por livros e artigos elaborados por administrativistas de escol. Pode-se afirmar, assim, que a disciplina que recebeu importância e incumbência de hospedar o axioma do princípio da eficiência, não de forma exclusiva, mas com maior impacto no Direito, foi o Direito Administrativo.

7 - A eficiência como norma constitucionalizada se reveste de uma textura de princípio, sendo que o desafio de se conceituar o que seria uma Administração com eficiência já parte das próprias características da norma revestida sob princípio, isto é: subjetividade e abrangência. Por conseguinte, esse alto grau de elasticidade na aplicação da norma gera para a Administração margens muito amplas de interpretação do conceito de eficiência, caracterizando, pois, uma atuação preponderantemente discricionária para a Administração no que tange à escolha de como ser eficiente.

8 - Todas as características apontadas para qualificar o que seria a Administração Pública gerencial nos anos 1990, sob o supedâneo da eficiência administrativa, partiam da

negação do sistema burocrático, como se ele, por sua vez, fosse sinônimo de ineficiência e paralisia do Estado, o que não é verdade, e não harmonizamos em tal sentido, uma vez que nenhuma das reformas que se pretendeu impor ao sistema brasileiro de Administração Pública – burocrática de 30 e gerenciais de 60 e 98 –, obteve ambiente favorável à sua completa implementação, e, efetivamente, não chegaram a ser, de fato, integradas no seio da atividade administrativa por inúmeros motivos, na maioria das vezes vinculados à cultura política do nosso país, mais interessada em conjugar os interesses próprios do que aqueles pelos quais deveriam se preocupar.

9 - O princípio da eficiência administrativa, muito embora tenha sido positivado na atual Constituição Federal de 1988, sob a manta da reforma administrativa de cunho gerencial, deve ser, igualmente, aferido sob textura burocrática, ainda presente como parâmetro em nossa Lei maior de 1988, em prol de todos os cidadãos (valor que se sobrepõe ao conceito de cliente), uma vez que ambas as ideologias se complementam e buscam, ao fim, a eficiência no âmbito da Administração Pública, sobretudo em um ambiente de constantes desvios de finalidade concretizados pelos mais diversos e nefastos expedientes violadores da legalidade, do interesse público, e, mormente, do erário.

10 - O princípio da eficiência administrativa previsto no bojo do *caput* do art. 37, da Constituição Federal de 1988 é autônomo e se tornou protagonista da atuação Administrativa de resultados, com o menor custo, todavia, como se trata de uma norma-valor, o referido princípio, por óbvio, não estipulou os critérios objetivos que devem ser os parâmetros de eficiência, os quais devem conduzir a Administração Pública. O nosso ordenamento jurídico em vigor ainda não possui uma legislação vinculante, conforme supra exposto, que obrigue a Administração a instituir critérios de eficiência a serem cumpridos, o que dificulta, inclusive, o controle autônomo do princípio da eficiência no bojo da Administração Pública.

11 - Na Administração Pública o princípio da impessoalidade impõe parâmetros diferenciados de conduta ao administrador. Há consenso na doutrina nesse sentido, sendo que aqui cabe o mesmo raciocínio desenvolvido no tópico referente à legalidade e à eficiência, isto é, mesmo que se invoque possível ponderação ao caso sob análise, quando diante de conflito entre a impessoalidade e a eficiência, deve-se ter como norte que ambos os princípios devem ser operados em sua carga máxima, haja vista que sua projeção com máxima efetividade fortalece o Estado de Direito.

12 - A administração corrupta desvia seus recursos ofendendo o axioma da moralidade, o que, por si, já demonstra a total ineficiência de sua conduta, pelo que se pode afirmar, sem dúvidas, que uma Administração Pública imoral é, também, ineficiente. O inverso, por vezes,

pode não ocorrer, ou seja, uma Administração que não seja eficiente pode não ser igual e simultaneamente imoral.

13 - É vital o relacionamento entre eficiência e a publicidade administrativa, haja vista que o axioma da publicidade se apresenta instrumental para o efetivo atendimento do princípio da eficiência e, em caso de sua ausência e/ou distanciamento, que seja ao menos controlado pelos atores competentes na sociedade. Destarte, esse relacionamento pode ser estudado pelo recorte da transparência de relatórios de contas entre outros temas, permitindo o exercício dos controles sobre o conteúdo das respectivas publicações. Ou seja, a publicidade é instrumental ao controle e à própria efetividade do princípio da eficiência, posto que sem ela, não resta possível à sociedade e aos organismos de controle auferir a medida em que se está operando a economicidade e a busca de resultados.

14 - Mediante a conexão do princípio da eficiência administrativa com os axiomas da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé, há a emergência de um influxo recíproco de valores, uma vez que, na mesma proporção que a eficiência administrativa e seu conteúdo surgem como parâmetro de observação obrigatória à Administração Pública, integrando a expectativa dos indivíduos quanto a uma Administração Pública eficiente, dentro do próprio conteúdo da eficiência administrativa, integra-se, como vetores, o conteúdo da boa-fé e da própria segurança jurídica.

15 - Por força da legitimação, representada pela participação social na tomada de decisão das ações administrativas e no controle de tais ações, em alguma medida, o axioma da eficiência administrativa é fortalecido em detrimento daquele ambiente marcado pelo distanciamento crônico existente entre governo e indivíduos, registrado em grande parte da história do relacionamento existente entre Administração Pública e administrados.

16 - A eficiência administrativa corresponde ao princípio que se compõe de múltiplos valores, sendo a economicidade um deles. Nesse sentido, pode-se firmar o entendimento de que a economicidade constitui uma das tantas facetas do princípio da eficiência na Administração Pública, de modo que, uma vez violado, a eficiência administrativa estará da mesma forma sendo atacada, e, portanto, passível de recepção dos efeitos das decisões dos respectivos mecanismos de controle.

17 - A corrupção na Administração Pública, uma vez comprovada, viola de imediato o princípio da eficiência administrativa, haja vista que uma Administração Pública que se preocupa com interesses privados, em terra onde o interesse público restará árido e escasso, não está conectada com a satisfação da demanda social, sendo certo que o desperdício da máquina pública dessa forma afere-se como violador, por si só, da eficiência administrativa, e,

mais ainda, quando comprovado o desvio de verbas e o respectivo prejuízo ao erário. Trata-se de afronta ao princípio da economicidade qualificado, entre outros tantos axiomas da Administração Pública que a seu turno, resultam maculados, como a impessoalidade, moralidade, finalidade, e, certamente, afetará, também, o princípio da eficiência sob essa roupagem.

18 - A partir da introdução das ideias presentes na reforma administrativa gerencial preconizada pela Emenda Constitucional n. 19/1998, grande parte de sua carga valorativa foi aportada no princípio da eficiência, acrescido ao *caput*, do art. 37, sendo que, nessa acepção, utilizar-se do paradigma da administração de resultados, sob o auspício da eficiência, é entender que a atuação administrativa, a partir de então, tem o dever de ser eficaz e, sobretudo, efetiva, e que tais conceitos, integram o conteúdo axiológico principal da eficiência no âmbito do Direito Administrativo, não obstante terem seus contornos preservados e autônomos em outras ciências ou, até mesmo, em outros segmentos de Direito.

19 - A motivação do ato administrativo instrumentaliza e potencializa o controle da eficiência administrativa, na medida em que obriga a Administração tornar públicos e transparentes os pressupostos que levaram a certo posicionamento e conduta administrativa, permitindo-se, inclusive, o amplo exercício de defesa e do contraditório dos cidadãos destinatários das respectivas ações administrativas em questão.

20 - Sendo assim, a Administração Pública que pretende atuar de modo eficiente deve motivar suas condutas, com a máxima qualidade possível que a ação administrativa demanda, independente da natureza vinculada ou discricionária do ato, pois assim o fazendo, ampliará os contornos atinentes ao controle de ilegalidades decorrentes da ação administrativa, o que se insere, certamente, entre outros valores protegidos, em um contexto de valorização da eficiência administrativa, obstando comportamentos que visem tornar ineficientes a conduta da Administração Pública.

21 - O administrador público possui, por vezes, poder discricionário em manejar suas ações (políticas públicas, por exemplo) com certo grau de liberdade em suas opções, todavia, as suas decisões nesse terreno jamais devem se afastar da legalidade e, ademais, devem ser eficientes, e, para aferir o aspecto de eficiência das medidas, no caso concreto, surgem os critérios instrumentais da razoabilidade e proporcionalidade, mormente mediante a aplicação das três regras, quais sejam, adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Destarte, a medida administrativa que se apresenta como adequada, necessária e proporcional em sentido estrito, aferida no caso concreto, sob as luzes da razoabilidade e proporcionalidade, se traduz como eficiente.

22 - A Administração Pública planejada, que executa seu plano de metas legalmente obrigatório, previamente, pois, estipuladas, que elabora suas normas orçamentárias, com caráter, atualmente, de impositividade mínima, e as executa de conformidade com a Constituição Federal e as respectivas leis infraconstitucionais atinentes, e que, sobretudo, na impossibilidade de operar as ações retro mencionadas, motiva e justifica de forma legal, legítima, razoável e proporcional demonstrando os fundamentos que condicionaram o descumprimento de tais normas, é uma Administração Pública que se harmoniza, potencializa e opera em harmonia ao princípio da eficiência administrativa.

23 - A Administração Pública que não mantém mecanismo de controle interno, ou o faz de forma inadequada, isto é, sem efetividade e continuidade, fere o axioma da eficiência administrativa por negligência e permissividade, condizentes com possíveis ilegalidades e solidária no que toca à responsabilidade de possíveis danos causados.

24 - O conteúdo da eficiência administrativa, princípio fundamental da Administração Pública, cravado em nossa Lei Maior no âmbito do art. 37, *caput*, é mais abrangente que aquele previsto na eficiência econômica que qualifica a análise econômica do direito, uma vez que contempla outros valores. Todavia, a análise econômica do direito é instrumento que promove a otimização de eficiência administrativa, sob o aspecto econômico, e, nesse sentido, pode ser um importante instrumento de gestão a ser manuseado pela Administração Pública, como planejamento de suas ações, sobretudo em ambiente referente às políticas públicas, onde os valores financeiros dispendidos são volumosos e a expectativa de eficiência dos destinatários das ações públicas é imensa e, da mesma forma, legítima.

25 - A Administração Pública processualizada se torna mais pública, transparente, controlada, participativa, democrática, célere, eficaz, efetiva, entre outras qualidades, convergindo para a sua respectiva atuação eficiente, pois é mediante esse instrumento (processo administrativo), operado em face do devido processo legal como norte axiológico principal, que será possível à Administração Pública cumprir suas atribuições e funções de forma a potencializar a concretização dos direitos e garantias fundamentais dos administrados e da sociedade, operando-se, ademais, as políticas públicas com mais eficiência.

26 - A Administração Pública que resguarda o meio ambiente e que promove a distribuição de riqueza – atenuando a desigualdade social –, cumprindo assim, o princípio do desenvolvimento sustentável, é uma Administração Pública eficiente, pois semeia campo onde se estabelecerá a própria continuidade da vida em sociedade, que é a base de qualquer

ordenamento jurídico-social, uma vez que, ao mesmo tempo que garante o desenvolvimento social-econômico, preserva o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

27 - Quando a Administração Pública atua sob o princípio da precaução ou da prevenção, diante de potencial dano certo ou incerto, porém duvidoso, seja em matéria ambiental ou em outro cenário (serviços públicos em outras áreas, por exemplo), age de forma prévia à ocorrência de tais eventos, protegendo, sobretudo, os valores e objetivos consagrados em nossa Lei Maior, evitando-se o gasto de mais dispêndios públicos em uma ação repressiva e/ou reparadora do dano eventualmente já concretizado.

28 - Todos os agentes públicos, de qualquer espécie, incluindo os agentes políticos, em razão dos poderes expressivos e diferenciados que concentram pelo exercício da função pública, devem receber atenção especial do Estado, cada qual de acordo com as suas respectivas especificidades, certamente, com um debruçar particular sobre aqueles de Carreira, em consonância com os devidos níveis de atribuição e manejo das respectivas funções públicas, corroborando o dever de atuação eficiente da Administração Pública.

Ademais, todos, sem exceção, devem receber treinamento profissionalizante para o exercício das funções administrativas e conscientização das respectivas responsabilidades quanto aos atos editados, bem como plena ciência do arcabouço normativo-disciplinar a que estão submetidos sendo dever constitucional dos Entes federal e estaduais (Distrito Federal, também), e legal para os Municípios que assim prescreverem, a instituição e a manutenção de escolas de governo que possam conduzir políticas de profissionalização de todos os seus agentes públicos.

29 - O exercício da jurisdição que permeia o Direito Administrativo, com caráter de definitividade, é caracterizado pela **unicidade da jurisdição**, bem como pela atribuição exclusiva ao Poder Judiciário, com previsão expressa no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988. Destarte, o controle da ineficiência administrativa em caráter definitivo será operado pelo Poder Judiciário.

30 - A eficiência administrativa – como norma de natureza principiológica –, possui contornos flexíveis, ainda que se possa infirmar pela existência de alguns valores mais sólidos que emergem do princípio da eficiência administrativa, como a eficácia, a efetividade e a economicidade. Referido axioma, no entanto, na qualidade de parâmetro positivado e constitucionalizado de atuação da Administração Pública, não nos oferece de forma clara e imediata o seu conteúdo aplicável, o que irá depender, seguramente, da análise do caso concreto para tanto.

31 - O princípio da eficiência administrativa abre margem para a atuação discricionária da Administração Pública, pelo menos diante da acepção normativa, e, somente com a análise do caso concreto é que se terá uma conclusão a respeito da efetiva discricionariedade e consequente mérito administrativo intangível e/ou interpretação que leve a uma única solução, o que resultaria, na realidade, na atuação vinculada da Administração Pública.

32 - Diante de soluções igualmente eficientes, advindas do conteúdo discricionário do princípio da eficiência administrativa, ajustado às características do caso concreto, a medida administrativa adotada remanescerá como mérito administrativo, não cabendo controle judicial sobre referido ato, sob o viés da eficiência administrativa.

33 - Surgindo à Administração Pública opções para agir eficientemente, fazendo-se operar, assim, certa discricionariedade, valoração, conveniência e oportunidade em sua ação, o que poderá ocorrer, como controle judicial, quando demandado para tanto, é a análise das arestas da discricionariedade, ou seja, o Poder Judiciário deverá verificar os contornos da ação administrativa sob os parâmetros da eficiência – no caso sob análise –, e nesse prisma, investigar se se tratava verdadeiramente de mérito administrativo, o qual, uma vez presente, será o limite para ação judicial, que não poderá anular a conduta administrativa discricionária verdadeiramente eficiente.

34 - O que cabe, em geral, ao Poder Judiciário, é investigar, coibir e anular a conduta administrativa ineficiente, seja pelo mau uso da discricionariedade, ou seja pela afronta aos aspectos vinculantes do princípio da eficiência administrativa, não podendo, em qualquer hipótese, adentrar na valoração e/ou substituir a ação administrativa.

35 - Ousamos edificar na presente pesquisa os contornos conformadores do princípio da eficiência administrativa, com fundamento em quatro núcleos, nos quais estão inseridos os valores axiológicos que devem ser operados concomitantemente, com independência e harmonia, da seguinte forma: **núcleo central finalístico**: eficácia; efetividade; eficiência em sentido estrito, economicidade, incorruptividade e sustentabilidade; **núcleo constitucional harmonizante**: segurança jurídica, boa-fé e confiança legítima, legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade; **núcleo condicionante potencializador**: planejamento, controle, exequibilidade de suas ações, prevenção, precaução, participação e desenvolvimento (investimento), no agente público; **núcleo instrumental condutor**: motivação, razoabilidade, proporcionalidade e processualidade.

36 - Por fim, o que se propõe como controle judicial da ineficiência administrativa é que o Poder Judiciário, em se tratando de parâmetros vinculados e/ou de discricionariedade arbitrária, tenha uma abordagem mais dinâmica, com amplitude maior, participativa e

prospectiva-dialogal, atuando em parceria, talvez, com outros organismos públicos que detenham informações técnicas mais precisas e facilmente disponíveis, como os Tribunais de Contas, as Controladorias internas dos Entes, a Receita Federal, o Ministério Público, a Seguridade Social; organismos que possam alimentar o Poder Judiciário com informações corretas para uma tomada de decisão efetiva, no sentido de recolocar a Administração Pública no caminho do bom governo, da boa administração, enfim, fazendo-se operar, concretamente, o princípio da eficiência administrativa, direito fundamental de todos os indivíduos e dever normativo do Estado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. *Los Derechos Sociales como derechos exigibles*. Madrid: Trotta, 2002.

ALCANTARA, Christian Mendez. Os princípios constitucionais da eficiência e eficácia da administração pública: estudo comparativo Brasil e Espanha. Constituição, Economia e Desenvolvimento, *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, Curitiba, n. 1, p. 24-49, ago./dez., 2009.

ALESSI, Renato. *Sistema istituzionale del diritto amministrativo italiano*. Milano: Giffrè, 1953.

ALEXY, Robert. *O conceito e validade do direito*. Tradução de Grecélia de Oliveira Mendes. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. *Competências na Constituição de 1998*. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. *Teoria do Contrato Administrativo: Uma Abordagem Histórico-Evolutiva com Foco no Direito Brasileiro*. Tese (Livre-Docência em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *Formação da Teoria do Direito Administrativo no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito Processual Coletivo Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Manual das ações constitucionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

ALONSO, Hamilton Jr. *A Ampliação do Objeto das Ações Cíveis Públicas na Implementação dos Direitos Fundamentais: A Ação Cível Pública*. São Paulo: RT, 2005.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. *Direito ambiental esquematizado*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

AMAM JÚNIOR., Alfred C.; MAYTON, William T. *Administrative Law*. St. Paul: West Group, 2001.

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Extinção do Ato Administrativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

AMARAL, Diogo Freitas do; FÁBRICA, Luís; GOMES, Carla Amado; SILVA, Pereira (colaboradores). *Curso de Direito Administrativo – v. I*. Portugal: Almedina, 2009.

AMORTH, Antonio. Atti del Governo. In: AMORTH, Antonio. *Scritti Giuridici: 1931-1939*. Milão: Giuffrè Editore, 1999.

APPIO, Eduardo. *Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2005.

ARAGÃO. Alexandre Santos. O princípio da eficiência. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 237, p. 1-6, jul./set., 2004.

ARAÚJO, Edmir Netto de. A convalidação dos atos administrativos e as leis de processo administrativo. In: NOHARA, Irene Patrícia; MORAES FILHO, Marco Antônio Praxedes de (Orgs.). *Processo Administrativo. Temas Polêmicos da Lei 9.784/99*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Controle interno e externo da Administração. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 63/64, p. 51-84, jan/dez., 2006.

_____. *Convalidação do ato administrativo*. São Paulo: Ltr, 1999.

ARAÚJO, Edmir Netto de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. *Do Negócio Jurídico Administrativo*. São Paulo: RT, 1992.

_____. *O Ilícito Administrativo e seu Processo*. São Paulo: RT, 1994.

_____. Os princípios administrativos na Constituição de 1988. In: *Revista da Procuradoria Geral do Estado*, São Paulo, n. 34, 1990.

ARAÚJO, Julio Cesar Manhães de. *Controle da atividade administrativa pelo Tribunal de Contas na Constituição de 1988*. Curitiba: Juruá, 2010.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. Características comuns do Federalismo. In: BASTOS, Celso (coord). *Por uma nova Federação*. São Paulo: RT, 1995.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – AR. *VII Revisão Constitucional [2005]*. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1989*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/constituicao-0-05.10.1989.html>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

ASSONI FILHO, Sérgio. Controle de Constitucionalidade da lei orçamentária. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (coord.) *Orçamentos Públicos e Direito Financeiro*. São Paulo: RT, 2011.

_____. *Transparência Fiscal e Democracia*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009.

ATALIBA, Geraldo. *Extensão do conceito de bem público para efeito de controle financeiro interno e externo*. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano. 22, n. 86, p. 283/300, abr./jun., 1985.

AUTODESARROLLATE. *Constituição Espanhola de 1978*. Disponível em: <<http://autodesarrollate.blogspot.com.br/2013/05/constituicao-espanhola-de-1978.html>>. Acesso: 26 dez. 2016.

ÁVILA, Humberto. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 215, p. 151-179, jan./mar., 1999.

_____. Conteúdo, limites e intensidade dos controles de razoabilidade de proporcionalidade e de excessividade das leis. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 236, p. 369-384, abr./jun., 2004.

_____. “Neoconstitucionalismo”: entre a “ciência do direito” e o “direito da ciência”, *Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE)*, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 17, jan./mar., 2009.

_____. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio Jurídico. Existência, validade e eficácia*. São Paulo: Saraiva, 1986.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Ato Administrativo e Direito dos Administrados*. São Paulo: RT, 1981.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. *Discricionariedade e Controle Jurisdicional*. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. *Elementos de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1992.

_____. *Elementos de Direito Administrativo*. São Paulo: RT, 1980.

_____. O controle judicial dos atos administrativos. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 152, p. 1-15, abr./jun., 1983.

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. *Princípios Gerais de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

BARBOSA, Sandra Pires. Impacto da globalização sobre o princípio da eficiência. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 224, p. 197-210, abr./jun., 2001.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BARCELLOS, Ana Paula de. Alguns parâmetros normativos para a ponderação constitucional. In: BARROSO, Luís Roberto (org.). *A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BARCELLOS, Ana Paula de. Neoconstitucionalismo, direito fundamentais e controle das políticas públicas. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 240, p. 82-103, abr./jun., 2005.

BARROS, Marco Antonio de. *A Busca da Verdade no Processo Penal*. São Paulo: RT, 2002.

BARROS, Maurício. Orçamento e Discricionariedade. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (coord.) *Orçamentos Públicos e Direito Financeiro*. São Paulo: RT, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). In: _____. (Org.). *A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. *Revista Eletrônica da Ordem dos Advogados do Brasil*, Brasília, n. 3, 2008.

_____. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 102, n. 384, p. 71-104, mar./abr., 2006.

_____. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas normas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

_____. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no direito constitucional. Cadernos de *Direito Constitucional e Ciência Política*, São Paulo, v. 6, n. 23, p. 65-78, abr./jun., 1998.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Celso Bastos, 2002.

_____. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BARZELAY, Michael. La nueva gerencia pública. Un ensayo bibliográfico para estudiosos latinoamericanos (y otros). In: *Reforma y Democracia (Revista do CLAD)*, Caracas, n. 19, p. 7-66, fev., 2001.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Princípio constitucional da eficiência administrativa*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore S.; TORRE, Ignacio Berdugo Gómez de la, (coordenadores) *Estudios sobre la Corrupción. Una reflexión Hispano Brasileña*. Espanha: Centro de Estudios Brasileños/ Universidad de Salamanca, 2013.

BECKER, Gary; LANDES, William (orgs.). (1974). *Crime and Punishment: an economic approach*. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c3625.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Poderes Instrutórios do Juiz*. São Paulo: RT, 2001.

BEDÉ, Américo Freire Júnior. *O controle judicial das políticas públicas*. São Paulo: RT, 2005.

BENTHAM, Jeremy. *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. 3. ed Tradução de Luís João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BENVENUTTI, Feliciano. Função Administrativa, Procedimento e Processo. In: *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, 1952.

BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes. *Princípios de Direito Administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2002.

BINENBOJM, Gustavo. Da Supremacia do Interesse Público ao Dever de Proporcionalidade: um novo paradigma para o Direito Administrativo. In: SARMENTO, Daniel (org.). *Interesses Públicos versus Interesses Privados: desconstruindo o princípio da supremacia do Interesse público*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

_____. *Uma Teoria do Direito Administrativo: Direitos fundamentais, Democracia e Constitucionalização*. Rio de Janeiro; São Paulo; Recife: Renovar, 2006.

_____. *Uma Teoria do Direito Administrativo: Direitos fundamentais, Democracia e Constitucionalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. *A nova jurisdição constitucional brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 7. ed. Brasília: UNB, 1993.

BOLIVIA. *Contitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia*. Disponível em: <<http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

BORÓN, Atílio. *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal: pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAGUIM, Roberto. Tribunais de Contas: presente e futuro. In: *TCM 40 – Edição Comemorativa dos 40 anos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

BRANDÃO CAVALCANTI, Themístocles. A codificação do processo administrativo. *Direito*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./fev., 1940.

_____. Código do processo administrativo. In: *Revista do Serviço Público*, n. 3, 1938.

_____. *Direito e Processo Disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 1966.

_____. O nosso Conselho de Estado. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 1-10, 1951.

_____. *Tratado de Direito Administrativo*. v. IV. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967*. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 579, de 30 de julho de 1938*. 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942*. 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 08 jul. 2015.

BRASIL. *Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998*. 1998a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm>. Acesso em: 08 jul. 2015.

BRASIL. *Emenda Constitucional n. 86, de 17 de março de 2015*. 2015a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964*. 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965*. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4717.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985*. 1985. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992*. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em: 08 jul. 2015.

BRASIL. *Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993*. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995*. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998*. 1998b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm>. Acesso em: 08 jul. 2015.

BRASIL. *Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999*. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm>. Acesso em: 08 jul. 2015.

BRASIL. *Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011*. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013*. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014*. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 28 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015*. 2015b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 28 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016*. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13303.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000*. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Lei complementar n. 135, de 4 de junho de 2010*. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp135.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BREGA, José Fernando Ferreira. *Governo Eletrônico e Direito Administrativo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: 34, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos; SPINK, Peter Kevin. Org. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 4. ed. Tradução de Carolina Andrade. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BRESSER-PEREIRA WEBSITE. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BRESSER-PEREIRA WEBSITE. *Reforma Gerencial de 1955*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BUENO, Vera Scarpinella. Devido Processo Legal e a Administração Pública no Direito Administrativo Norte-Americano: Uma breve comparação com o brasileiro. In: FIGUEIREDO, Lucia Valle (Coord). *Devido Processo Legal na Administração Pública*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito Administrativo e Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Políticas públicas e direito administrativo. *Revista de Informação Legislativa*, v. 34, n. 133, p. 89-98, jan./mar., 1997.

BUGARIN, Paulo Soares. *O Princípio da Economicidade na Jurisprudência do Tribunal de Contas da União*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

BULOS, Uadi Lammego. Reforma administrativa. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 214, p. 69-98, out./dez., 1998.

BURDEAU, Georges. *Les Libertés Publiques*. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1972.

BURGO, Vítor, O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coord.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

CAETANO, Marcello. *Do Poder Disciplinar no Direito Administrativo Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

_____. *Manual de Direito Administrativo*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983. (tomo II).

_____. *Manual de Direito Administrativo*. v. 1. Lisboa, Portugal: Almedina, 2008.

_____. *Princípios fundamentais do direito administrativo*. Reimpressão da edição Brasileira de 1977, 2 reimpr. Portuguesa. Lisboa: Livr. Almedina, 2003.

_____. *Tratado elementar de Direito Administrativo*. Vol. I. Coimbra: Ed. Coimbra, 1943.

CAGGIANO, Alvaro Theodor Herman Salem. *Tratamento das nulidades no processo administrativo*. 2013. 1945 f. Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito. Área de Concentração: Direito do estado – Direito Administrativo. Orientação: Professor Doutor Edmir Netto de Araújo, 2013.

_____. *Ética, Política e Improbidade*. 2016. trônico do Artigo publicado no sítio eletrônico. Disponível em: <<http://www.cepes.org.br/home/>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

CAGGIANO, Monica Herman et al. (org.). *Ficha Limpa: impacto nos tribunais: tensões e confrontos*. São Paulo: RT, 2014.

CAGGIANO, Monica Herman; LEMBO, Cláudio (coord.). *Legislação Eleitoral e Hermenêutica Política x Segurança Jurídica*. Barueri: CEPES/ Manole, 2006.

CALABRESI, Guido. *The Costs of Accidents: A Legal and Economic Analysis*. New Haven, CT: Yale University Press, 1970.

CALHAO, Antonio Ernani Pedroso. *O princípio da eficiência na administração da justiça*. São Paulo: RCS, 2007.

CALVINO, João. *As Institutas*. São Paulo: Edição Cultura Cristã, 2006.

CÂMARA, Jacinto de Arruda. A preservação dos efeitos dos atos administrativos viciados. In: *Estudos de Direito Administrativo em homenagem ao Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello*. São Paulo: Max Limonad, 1996.

CANELA JÚNIOR, Osvaldo. O orçamento e a “reserva do possível”. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. (coord.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1989.

_____. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

_____. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina, 1989.

CAPPELLETTI, Mauro. *El control judicial de la constitucionalidad de las leyes en el derecho comparado*. México: Universidad Autónoma de México, 1966.

CARDOZO, José Eduardo Martins. A Discricionariedade e o Estado de Direito. In: GARCIA, Emerson (org.). *Discricionariedade Administrativa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

CARNELUTTI, Francesco. *Sistema di Diritto Processuale Civile*. Padova: Cedam, 1936.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. A discricionariedade: análise de seu delineamento jurídico. In: GARCIA, Emerson (coord.). *Discricionariedade administrativa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

_____. *Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

_____. *Manual de Direito Administrativo*. 24. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. O formalismo moderado como dogma do processo administrativo. In: NOHARA, Irene Patrícia; MORAES FILHO, Marco Antônio Praxedes de. (orgs.). *Processo Administrativo. Temas Polêmicos da Lei 9.784/99*. São Paulo: Atlas, 2011.

CASTRO, Carlos Roberto de Siqueira. *O Devido Processo Legal e a Razoabilidade das Leis na Nova Constituição do Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CASTRO, Rodrigo Batista de. *Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública*. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

CATAPANI, Márcio Ferro. A discricionariedade do Poder Executivo na elaboração do projeto de lei orçamentária anual. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (coord.). *Orçamentos Públicos e Direito Financeiro*. São Paulo: RT, 2011.

CHAYES, Abram. The Role of the Judge in Public Law Litigation, *Harvard Law Review*, v. 89, n. 7, p. 1281-216, mai., 1976.

CHEVALLIER, Jacques. *L'état de droit*. Paris: Montchrestien, 1992.

CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos humanos na Empresa: pessoas, organizações e sistemas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

CHICÓSKI, Davi. O princípio da eficiência e o procedimento administrativo. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 237, p. 93-118, jul./set., 2004.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido R. *Teoria Geral do Processo*. São Paulo: RT, 2000.

_____. *Teoria Geral do Processo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

CLAD – CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO. *Código Iberoamericano de Buen Gobierno*. Disponível: <<http://siare.clad.org/siare/innotend/control/CodigoIberoamericanodeBuenGobierno.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

CLÉVE, Clémerson Merlin. *O desafio da efetividade dos direitos fundamentais sociais*. Curitiba: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, 2003.

COASE, Ronald H. *The Problems of Social Cost*. *The Journal of Law & Economics* - v. 3. 1960. Disponível em: <<http://www2.econ.iastate.edu/classes/tsc220/hallam/Coase.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas, *Primeira Seção*, n. 737, v. 86, p. 11-22, mar., 1977.

_____. O papel do juiz na efetivação dos direitos humanos. In: *Direitos Humanos: visões contemporâneas*. São Paulo: Associação Juízes para a Democracia, 2001.

CONTI, José Maurício. *A autonomia financeira do poder judiciário*. São Paulo: MP, 2006.

CONTI, José Mauricio e SCAFF, Fernando Facury (coord.) *Orçamentos Públicos e Direito Financeiro*. São Paulo: RT, 2011.

_____. *Aprovação do orçamento impositivo não dá credibilidade à lei orçamentária*. Artigo escrito e publicado no site eletrônico do CONJUR (10 mar. 2015). Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-mar-10/paradoxo-corte-aprovacao-orcamento-impositivo-nao-credibilidade-lei-orcamentaria>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. *Direito Financeiro na Constituição de 1988*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

_____. Iniciativa Legislativa em matéria financeira. In: CONTI, José Mauricio; SKAFF, Fernando Facury (coord). *Orçamentos Públicos e Direito Financeiro*. São Paulo: RT, 2011.

_____. *Orçamentos públicos. A Lei 4320 comentada*. 3. ed. São Paulo: RT, 2014;

_____. Orçamento impositivo é avanço para administração. Artigo escrito e publicado no sítio eletrônico do CONJUR (7 mai. 2015). Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-mar-10/paradoxo-corte-aprovacao-orcamento-impositivo-nao-credibilidade-lei-orcamentaria>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

CONSEIL D'ÉTAT. *Tribunal des conflits – 8 février 1873 – Blanco*. Disponível em: <<http://www.conseil-etat.fr/Decisions-Avis-Publications/Decisions/Les-decisions-les-plus-importantes-du-Conseil-d-Etat/Tribunal-des-conflits-8-fevrier-1873-Blanco>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução n. 07, de 18 de Outubro de 2005*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_07.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2016.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. *Derecho y economia*. 2. ed. Tradução de Eduardo L. Suárez. Mexico: FCE, 2008.

CORNELL UNIVERSITY LAW SCHOOL. *Selected Administrative Law Decisions of the U.S. Supreme Court*. Disponível em: <<https://www.law.cornell.edu/supct/cases/adlaw.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. A tutela coletiva e a proteção dos direitos fundamentais, *Revista Legislação do Trabalho*, São Paulo, v. 68, n. 7, p. 7960800, jul., 2004.

CORTEZ, Luis Francisco Aguilar. Limites ao controle judicial de Políticas Públicas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. (coord.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

COSTA, José Armando da. *Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar*. São Paulo: Saraiva, 1984.

COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (orgs.). *O Estado de Direito – História, teoria, crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COSTA, Regina Helena. Conceitos jurídicos indeterminados e discricionariedade administrativa. *Revista de Direito Público*, São Paulo, v. 23, n. 95, jul./set., 1990.

_____. O Poder Judiciário no controle de Políticas Públicas: uma breve análise de alguns procedimentos do Supremo Tribunal Federal. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. (coord.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

COUTO E SILVA, Almiro. O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro e o direito da Administração Pública de anular seus próprios atos administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da lei do processo Administrativo da união (lei nº 9.784/99). *Revista de direito administrativo*, Rio de Janeiro, n. 237, p. 271-315, jul./set., 2004.

_____. Prescrição quinquenária da pretensão anulatória da administração pública com relação a seus atos administrativos. *Revista de direito administrativo*, Rio de Janeiro, n. 204, p. 21-31, abr./jun.,

COUTURE, Eduardo. *Elementos del derecho procesal civil*. Buenos Aires: Depalma, 1973.

COVIELLO, Pedro. *La Protección de la Confianza del Administrado*. Buenos Aires: Lexis Nexis-Abeledo Perrot, 2004.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Anulação do Ato Administrativo por desvio de poder*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *Controle Jurisdicional do Ato Administrativo*. São Paulo: Forense, 1992.

_____. *Direito Administrativo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

_____. *Direito Administrativo Comparado*. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1972.

_____. *Do desvio de poder*. São Paulo: RT, 1964.

_____. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

_____. Sintomas denunciadores do desvio de poder. In: *Revista da Procuradoria Geral do Estado*, São Paulo, v. 9, 1976.

_____. *Tratado de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

_____. *Tratado de Direito Administrativo*. V. II. São Paulo: Forense, 1966

CRETELLA NETO, José. *Fundamentos principiológicos do processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CUNHA, Bruno Santos. O princípio da eficiência e o direito fundamental à boa administração. In: MARRARA, Thiago (org.). *Princípio de Direito Administrativo: legalidade, segurança jurídica, impessoalidade, publicidade, motivação, eficiência, moralidade, razoabilidade, interesse público*. São Paulo: Atlas, 2012.

CUNHA JUNIOR, Dirley. *Controle judicial das omissões do Poder Público*. São Paulo: Saraiva, 2004.

CUSTODIO FILHO, Ubirajara. A Emenda Constitucional 19/98 e o princípio da eficiência na Administração Pública. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política*, São Paulo, v. 7, n. 27, p. 209-17, 1999.

D'ALESSIO, Francesco. *Diritto Amministrativo Italiano*. v. 2 Torino: Unione Tipografico/ Editrice Torinese, 1943.

DAHL, Robert A. Decision-Making in a democracy: the Supreme Court as a national policy-maker, *Emory Law Journal*, Atlanta, v. 50, n. 2, p. 562-611, 2001.

DALLARI, Adilson Abreu. Privatização, eficiência e responsabilidade. In: MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo (coord.). *Uma avaliação das tendências contemporâneas do Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. Orçamento impositivo. In: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (Org.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: RT, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 1991.

DANIEL, Juliana Maia. Discricionariedade administrativa em matéria de políticas públicas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. (coord.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

_____. *O mínimo existencial no controle jurisdicional de políticas públicas*. 2013. f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

DAVID, René. *I Grandi Sistemi Giuridici Contemporanei*. Padova: CEDAM, 1973.

DELIBERADOR, Giuliano S. *Confiança Legítima. Anatomia de um direito fundamental suas repercussões junto ao exercício das funções legislativa, administrativa e judiciária*. 2011. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DEMAREST, Maria Verônica Melo; ESPER, Vivian Maria; MOLIN, Carina Dal. Os Provimentos Judiciais para intervenção em Política Públicas: obrigações de fazer e não fazer, tutela antecipada e sentença condenatória. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. (coord.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

DEPIAZZO, Carlos E. *La buena administración como imperativo ético para administradores y administrados*. Disponível em: <<http://revistas.ucu.edu.uy/index.php/revistadederecho/article/view/736/726>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

DIAS, Jefferson Aparecido. *Princípio da eficiência & moralidade administrativa*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

DINAMARCO, Cândido R. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*. São Paulo: RT, 1985.

_____. *A Instrumentalidade do Processo*. São Paulo: RT, 1986.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. 500 anos de direito administrativo. In: AMARAL, Ana Lucia; FRISCHEISSEN, Luiza Cristina Fonseca; COSTA, Paula Bajer Fernandes Martins da. (coords.). *Costa 500 anos e o Direito no Brasil*. São Paulo: Artchip, 2000.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Do Direito Privado na Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *Direito Administrativo*. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. *Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. Discricionariedade técnica e discricionariedade administrativa. *Revista Brasileira de Direito Público – RBDP*, Belo Horizonte, v. 5, n. 17, p. 75-96, abr./jun., 2007.

_____. *Inovações no direito administrativo*. Interesse Público, Porto Alegre, n. 30, p. 39-55, mar./abr., 2005.

_____. *Parcerias na Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. *Parcerias na Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; RAMOS, Dora Maria de Oliveira; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos; D'AVILA, Vera Lúcia Machado. *Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos*. São Paulo: Malheiros, 2001.

DIVER, Colin S., The Judge as political powerbroker: superintending structural change in public institutions. *Virginia Law Review Annual Index*, Virginia, v. 65, p. 43-105, 1979.

DROMI, Jose Roberto. *Constitución, Gobierno y Control*. Argentina: Ediciones Ciudad Argentina, 1983.

DUVERGER, Maurice. *Constitutions et Documents Politiques*. Paris: Presses Universitaire de France, 1974.

EISENMANN, Charles. O Direito Administrativo e o Princípio da Legalidade. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 11, p. 49-69, jun., 1959. (Traduzido por Ruth Barbosa Goulart).

ENTERRÍA, Eduardo García de. *Democracia, Jueces y Control de la administración*. 5. ed. Navarra: Thomson Civitas, 2005.

EPSTEIN, Lee; KNIGHT, Jack; MARTIN, Andrew D. The Supreme Court as a strategic national policymaker, *Emory Law Journal*, Atlanta, v. 50, n. 2, p. 583-611, 2001.

ESCOLA DE CONTAS. *Quem Somos*. Disponível em: <<http://www.escoladecontas.tcm.sp.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

ESIN, Domingo. *Administración Pública: actividad reglada, discrecional y técnica*. Buenos Aires: Deopalma, 1994.

EUR-LEX. *Tratado de Lisboa*. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV:ai0033>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

EUROPEAN JUSTICE. *Portal Europeu da Justiça*. Disponível em: <<https://e-justice.europa.eu/home.do?action=home&plang=pt>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

FACULDADE DE DIREITO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *A Faculdade*. Disponível em: <<http://www.direito.usp.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

FAGUNDES, Miguel Seabra. *O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1941.

_____. Conceito de mérito no Direito Administrativo. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 1-16, 1951.

FAGUNDES, Tatiana Penharrubia. O controle das contas municipais. 2012. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FALZONE, Guido. *Il dovere di buona amministrazione: parte I*. Milan: Giuffrè, 1953.

FARIA, José Eduardo (org.). *Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

FERRARESI, Eurico. *Do mandado de segurança – Comentários à Lei n. 12.016/2009*. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2009.

_____. O papel do Ministério Público no controle das Políticas Públicas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. (coord.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. A Constitucionalização do Direito Administrativo e as Políticas Públicas. In: RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; BERARDI, Luciana Andrea Accorsi (orgs.). *Estudos de Direito Constitucional, em homenagem à Profa. Maria Garcia*. 2. ed. São Paulo: IOB, 2008.

FERRAZ, Luciano. Segurança jurídica positivada: interpretação, decadência e prescritibilidade. RERE, *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador, n. 22, jun./jul./ago., 2010.

FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. *Processo Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2001.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. O Judiciário frente à divisão dos poderes: um princípio em decadência?, *Revista USP*, n. 21, mar./abr./mai., 1994.

FERREIRA, Camila Duran. O Judiciário e as Políticas de Saúde no Brasil: o caso AIDS. Monografia vencedora do Concurso IPEA-CAIXA, 2004.

FERREIRA, Éder. As ações individuais no Controle Judicial de Políticas Públicas, In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. (coord.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Princípios Fundamentais do Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Do processo Legislativo*, São Paulo: Saraiva, 1968.

_____. *A Reconstrução da democracia*. São Paulo: Saraiva, 1979.

_____. A Constituição de 1988 e a judicialização da política, *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, v. XII, p. 189/97, 1996.

_____. Aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, n. 29, p. 35-44, jun., 1988.

_____. *Direitos Humanos Fundamentais*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Os Direitos Fundamentais. Problemas Jurídicos, particularmente em Face da Constituição Brasileira de 1988. In: *Revista de Direito Administrativo*, n. 203, 1996.

FCV – CPDOC. *Luís Simões Lopes*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/luis_simoes_lopes>. Acesso em: 26 dez. 2016a.

FCV – CPDOC. *Mauricio Hilario Barreto Nabuco de Araujo*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mauricio-hilario-barreto-nabuco-de-araujo>>. Acesso em: 26 dez. 2016b.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. *Lições de direito econômico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FIGUEIREDO, Lucia Valle. *Curso de Direito Administrativo*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

FISS, Owen. *Um novo processo civil: Estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*. São Paulo: RT, 2004.

FORSTHOFF, Ernst. *Stato di Diritto in Trasformazione*. Milano: Giuffré Editore, 1973.

FONTES, Paulo Gustavo Guedes. *A ação civil pública e o princípio da separação dos poderes: estudo analítico de suas possibilidades e limites: a ação civil pública*. São Paulo: RT, 2005.

FRAGOLA, Umberto. *Gli atti amministrativi*. Torino: UTET, 1952.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*. v. I. São Paulo: Revista Forense, 1968.

FRANCO, Fernão Borba. *Processo Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. *A Prova Administrativa*. São Paulo: Saraiva, 1973.

_____. *O controle da moralidade administrativa*. São Paulo: Saraiva, 1974.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Eficiência administrativa na Constituição Federal. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 220, p. 165-77, abr./jun., 2000.

FREIRE JUNIOR, Américo Bedê, *O controle judicial de políticas públicas*. São Paulo: RT, 2005.

FREITAS, Juarez. *Discrecionalidade Administrativa e o Direito Fundamental à Boa Administração Pública*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2009a.

_____. *O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

FURTADO, José de Ribamar Caldas. *Elementos de Direito Financeiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

GABARDO, Emerson. *Princípio constitucional da eficiência administrativa*. São Paulo: Dialética, 2002.

GACETA OFICIAL DE BOLIVA. *Ley n. 2341*. Disponível em: <http://www.dgac.gob.bo/normativa/Ley_2341.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo; FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. *Curso de direito administrativo*. 9. ed. Madrid: Thomson Civitas, 2004.

GARCIA, Emerson. *A efetividade dos direitos Sociais*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

GARRIDO FALLA, Fernando. *Tratado de derecho administrativo: parte general: conclusion*. 11. ed. Madrid: Tecnos, 1989.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIACOMUZZI, José Guilherme. *A Moralidade Administrativa e a Boa-Fé da Administração Pública – o conteúdo dogmático da moralidade administrativa*. São Paulo: Malheiros, 2002.

GILISSEN, John. *Introdução histórica ao direito*. Tradução de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas, 1986.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Richard Posner e a tradição da análise econômica do Direito*. Artigo escrito e publicado no sítio eletrônico do CONJUR em 21 set. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-28/embargos-culturais-richard-posner-tradicao-analise-economica-direito>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel et al. *Comentários à Nova Lei do Mandado de Segurança*. São Paulo: RT, 2009.

GOV.UK. *HM Courts & Tribunals Service*. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/organisations/hm-courts-and-tribunals-service>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

GOV.UK. *Ministry of Justice*. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/organisations/ministry-of-justice>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

GOV.UK. *Welcome to GOV.UK: the best place to find government services and information*. Disponível em: <<https://www.gov.uk/>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

GRACIÁN, Baltasar. *Oráculo Manual e Arte de Prudência*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

GRIFFITH, J. A. G. *The Politics of the Judiciary*. USA: Fontana Press, 1985.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *A Marcha do Processo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *As Garantias Constitucionais do Direito de Ação*. São Paulo: RT, 1973.

_____. (coord.) *Controle jurisdicional de Políticas Públicas e o processo para conflitos de interesse público, ofertada perante a pós-Graduação desta Faculdade de Direito, com o seguinte corpo discente*. Disponível em: <http://www.ibearj.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=219>. Acesso em: s/d., 2015.

_____. Garantias do contraditório e ampla defesa. In: *Jornal do Advogado*, Seção de São Paulo, n. 175, p. 9, nov., 1990.

_____. *Novas Tendências do Direito Processual*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

_____. O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

_____. *O Processo em Evolução*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. Processo coletivo. In: *Teoria Geral do Processo*. 30. ed. CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel (colab.). São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. *O serviço público e a Constituição brasileira de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2003.

GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. *Ato Administrativo Inexistente*. São Paulo: RT, 1980.

GUERRA, Evandro Martins. *Direito Financeiro e Controle da Atividade Financeira Estatal*. 3. ed. Belo Horizonte: Forum, 2012.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução à Ciência do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Verdad y justificación*. Tradução de Pere Fabra e Luis Díez. Madrid: Trotta, 2002.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Brasília: UNB, 1984.

HAMON, Francis; TROPER, Michel; BORDEAU, Georges. *Direito Constitucional*. Barueri: Manole, 2005.

HAURIOU, Maurice. *Précis de Droit Administratif et de Droit publique*. 12. ed. Paris: Dalloz, 2002.

HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1991.

HORBACH, Carlos Bastide. *Teoria das nulidades do ato administrativo*. 2. ed. São Paulo: RT, 2010.

HORTA, Raul Machado. *Direito Constitucional*. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HORVATH, Estevão. *O Direito Tributário no contexto da atividade financeira do Estado*. São Paulo: edição do autor, 2009.

_____. Ética, Tributação e Gasto Público: que fazer para resgatar os laços da cidadania fiscal. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de. (org.). *Tributação e Desenvolvimento – Homenagem ao Prof. Aires Barreto*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

HUTCHINSON, Tomás. *El sistema argentino de control judicial de la Administración*. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/19861/Documento_completo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 dez. 2016.

IANNUCCILLI, L; TURA, A de. *Il principio di buon andamento dell'amministrazione nella giurisprudenza della corte costituzionale*. Disponível em: http://www.cortecostituzionale.it/documenti/convegni_seminari/STU_212.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

IBGP – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA. *Governança Pública*. Disponível em: <http://www.ibgp.net.br/>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

IEGM-TCESP. *Índice de Efetividade da Gestão Municipal*. Disponível em: <http://iegm.tce.sp.gov.br/help.html>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

IHB. *Histórico*. Disponível em: http://www.desburocratizar.org.br/ihb/publicacao/publicacao_list.asp?Cod_Canal=2>Acesso em: 16 dez. 2016.

INFOLEG. *Ley 19.549 – Estado-Administracion Publica Nacional-Derecho Procesal – Ley de Procedimiento Administrativo*. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/22363/norma.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

JACOB, César Augusto Alkmin. A “Reserva do Possível”: obrigação de previsão orçamentária e de aplicação da verba. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

JÈZE, Gaston. *Les principes généraux Du Droit Administratif*. 3. ed. Paris: Giard e Brière, 1925 ; 1936.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

KOMESAR, Neil K. A Job for the judges: the judiciary and the constitution in a massive and complex society, *Michigan Law Review*, v. 86, n. 04, p. 657-721, fev., 1988.

KRELL, Andréas. *Controle Judicial dos serviços públicos básicos na base dos direitos fundamentais sociais: a Constituição concretizada construindo pontes com o público e o privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

_____. *Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha: os (des) caminhos de um direito constitucional comparado*. Porto Alegre: Fabris, 2002.

LAGE, Livia Regina Savergnini Bissoli. *Políticas Públicas como programas e ações para o atingimento dos objetivos fundamentais do Estado*. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

LANGBEIN, John H. The Twentieth-Century Revolution in family wealth transmission, *Law Review*, Michigan, v. 86, n. 4, 1988.

LAUBADÈRE, André de. *Traité Élémentaire de droit administratif*. Paris, 1953.

LAZZARINI, Álvaro. *Estudos de direito administrativo*. São Paulo: RT, 1999.

LEAL, Roger Stiefelmann. *Memória Jurisprudencial Ministro Orozimbo Nonato*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

LEAL. Victor Nunes Leal. *Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LEITE, Glauco Costa. *Corrupção Política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

LEMBO, Claudio. *A pessoa e seus direitos*. São Paulo: Manole, 2007.

_____. *A corrupção federalizada*. [2013a]. Disponível em: <<http://www.cepes.org.br/home/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

_____. *O bom governo, a busca incessante*. [2013b]. Disponível em: <http://www.cepes.org.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=479:o-bom-governo-a-busca-incessante&catid=42:lembo&Itemid=64>. Acesso em: 05 jan. 2017.

LENZA, Pedro. *Teoria Geral da Ação Civil Pública*. São Paulo: RT, 2003.

_____. *Direito constitucional esquematizado*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEONARDI, Nilva M. Antonio. Os limites do judiciário no controle de políticas públicas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manuale di Diritto Processuale Civile*. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1973.

LIMA, Gustavo Massa Ferreira. *O Princípio Constitucional da Economicidade e o Controle de Desempenho pelos Tribunais de Contas*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

LIMA, Ruy Cirne. *Princípios de direito administrativo*. 6. ed. São Paulo: RT, 1987.

LIVIANU, Roberto, *Corrupção – incluindo a Lei Anticorrupção*. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

LOMBARD, Martine; DUMONT, Gilles. *Droit Administratif*. 10. ed. Paris: Dalloz, 2013.

LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. *Comentários à reforma administrativa: de acordo com as Emendas Constitucionais 18, de 05.02.1998 e 19, de 04.06.1998*. São Paulo: RT, 1998.

LOSANO, Mário G. *Os Grandes Sistemas Jurídicos*. Tradução de Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LOUREIRO, João Carlo Simões Gonçalves. *O procedimento administrativo entre eficiência e a garantia dos particulares: algumas considerações*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1995.

LUMIA, Giuseppe. *Controllo sociale, giurisdizione e libertà*. Milano: Giuffrè, 1960.

LUTERO, Martin. *Liedr e prose*. Milano: Mondadori, 1983.

MACCHIA, Giovanni. *La vie del Potere. Introdução ao Breviário dei Politici, seconde il Cardinale Mazzarino*. Milano: Rizzoli, 1981.

MACCHIAVELLI, Nicollò. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1982.

MALBERG, R. Carré de. *Teoría General Del Estado*. México: Fondo de Cultura Economica, 1998.

MALKUT, Rozeli Aparecida da Silva. O princípio da eficiência na Administração Pública Brasileira. *Revista Jurídica do UNIARAXÁ*, v. 8, n. 7, 2004.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A ação civil pública como instrumento de controle judicial das chamadas políticas públicas: Ação civil pública*. São Paulo: RT, 2001.

_____. *Transposição das águas do rio São Francisco: uma abordagem jurídica da controvérsia: A ação civil pública*. São Paulo: RT, 2005.

MANDELLI JÚNIOR, Roberto Mendes. *Arguição de descumprimento de preceito fundamental: instrumento de proteção dos direitos fundamentais e da Constituição*. São Paulo: RT, 2003.

MARÍN-RETORTILLO Y BAQUER. Sebastián. *El reto de una administración racionalizada*. Madri: Civitas, 1983.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Processo administrativo inquisitorial: eficiência investigativa e garantias constitucionais. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 42, n. 167, p. 191-211, jul./set., 2005.

_____. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. In: MODESTO, Paulo (coord.). *Nova organização administrativa brasileira: estudos sobre a proposta da comissão de especialistas constituída pelo governo federal para reforma da organização administrativa brasileira*, Belo Horizonte, Fórum, 2009.

MARRARA, Thiago (org.); ARAGÃO, Alexandre dos Santos. *Princípios de direito administrativo: legalidade, segurança pública, impessoalidade, publicidade, motivação, eficiência, moralidade, razoabilidade, interesse público*. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Alzemer; SOUZA, Marisa Idalência de. O princípio constitucional da eficiência, aplicação à função do Procurador do Estado no exercício da consultoria jurídica. *Revista da Procuradoria Geral do Estado da Bahia*, Salvador, v. 25, p. 59-98, jan./dez., 1999.

MARTINS, Fernando Rodrigues. *Controle do Patrimônio Público*. São Paulo: RT, 2000.

MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). *Princípio da eficiência em matéria tributária*. São Paulo: RT, 2006.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. *A discricionariedade administrativa à luz do princípio da eficiência*. São Paulo: RT, 2001.

MASAGÃO, Mário. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: RT, 1977.

MATIAS-PEREIRA, José. *Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAURER, Hartmut. *Elementos de Direito Administrativo Alemão*. Tradução de Luiz Afonso Heck. Porto Alegre: Safe, 2001.

MAZZA, Alexandre. *Manual de Direito Administrativo*. 2. ed. São Paulo: RT, 2012.

MC ILWAIN, Charles Howard. *Constitucionalismo Antigo y Moderno*. Tradução de José Rovira Armenegol. Buenos Aires: Editorial Nova, 1947.

MCCLOSKEY, Donald N. *The Rhetoric of law and economics*. Michigan: Law Review, v. 86, n.4, 1988.

MEDAUAR, Odete. *A Processualidade no Direito Administrativo*. São Paulo: RT, 2008.

_____. *Controle da Administração Pública*. São Paulo: RT, 1993.

_____. *Controle da Administração Pública*. 3. ed. São Paulo: RT, 2014.

_____. *Direito Administrativo Moderno*. São Paulo: RT, 2007.

_____. *Direito Administrativo Moderno*. São Paulo: RT, 2011.

_____. *Direito Administrativo Moderno*. 15. ed. São Paulo: RT, 2011.

_____. *O princípio da razoável duração do processo*. In: MEDAUAR, Odete; SCHIRATO, Vitor Rhein (orgs.). *Atuais rumos do processo administrativo*. São Paulo: RT, 2010.

MEGGINSON, Leon C.; Mosley, Donald C.; PIETRI JUNIOR, Paul. *Administração: conceitos e aplicações*. 4. ed. Tradução de Maria Isabel Hopp. São Paulo: Harbra, 1998.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: RT, 1978.

_____. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. *Direito Administrativo Brasileiro*. 33. ed. São Paulo: RT, 2007.

_____. *Direito Administrativo Brasileiro*. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira, et al. *Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. *Sobre o papel do Supremo Tribunal Federal na Constituição de 1988: Estado e sociedade civil no processo de reformas no Brasil e na Alemanha*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

MENDONÇA, Eduardo. Da faculdade de gastar ao dever de agir: o esvaziamento contramajoritário das políticas públicas. In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (orgs.). *Direitos fundamentais. Orçamento e “reserva do possível”*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

MENDONÇA, Priscila Faricelli de. O papel do juiz na efetiva implementação da política pública. Como administrar a implementação de políticas públicas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

MERKL, Adolf. *Teoria General del Derecho Administrativo*. México: Nacional, 1975.

MILESKI, Helio Saul. *O Controle da Gestão Pública*, São Paulo: RT, 2003.

MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Tradução de Débora Ginza e Rita de Cássia Gondim. São Paulo: Escala, 2006.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional. Tomo II*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

_____. *Manual de Direito Constitucional. Tomo V*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. *O Espírito das Leis*. Tradução de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MORAES, Alexandre de. Constitucionalização do direito administrativo e o princípio da eficiência. In: FIGUEIREDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos (orgs.). *Administração pública: direito administrativo, financeiro e gestão pública: prática, inovações e polêmicas*. São Paulo: RT, 2002.

_____. *Direito Constitucional*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. Princípio da eficiência e o controle jurisdicional dos atos administrativos discricionários. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 243, p. 13-28, set./dez., 2006.

_____. *Reforma administrativa: Emenda Constitucional n. 19/98*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Flores de. *Legalidade, eficiência e controle da administração pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MORAES, Germana de Oliveira. Considerações gerais sobre a reforma administrativa – Emenda Constitucional 19, de 04.06.1998. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, São Paulo, n. 34, p. 169-75, 2000.

_____. *Controle jurisdicional da administração pública*. 2 ed. São Paulo: Dialética, 2004.

MORAIS, Dalton Santos. Os custos da atividade administrativa e o princípio da eficiência. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 237, p. 165-1296, jul./set., 2004.

MOREIRA, Egon Bockmann. *Processo Administrativo – Princípios Constitucionais e a Lei 9.784/1999*. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. Processo Administrativo e princípio da eficiência. In: SUNDFELD, Carlos Ari; MUÑOZ, Guillermo Andrés (coord.). *As Leis do Processo Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2000.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Coordenação gerencial na administração pública. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 214, p. 35-53, out./dez., 1998.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

_____. *Curso de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. *Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____. Moralidade Administrativa: do conceito à efetivação. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 190, p. 1-44, out./dez., 1992.

MORTATI, Costantino. *L'ordinamento del Governo nel Nuovo Diritto Pubblico Italiano*. Milano: Giuffré, 2000.

_____. *Legitimidade e Discricionariedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

_____. Novo referencial no Direito Administrativo”: do controle da vontade ao do resultado. A juridicização dos resultados na Administração Pública”. In: *Fórum Administrativo – FA*, Belo Horizonte, v. 6, n. 67, set., 2006.

MÜLLER, Friedrich. “*Quem é o povo? A questão fundamental da democracia*”. 4. ed. São Paulo: RT, 2009.

NARDES, João Augusto Ribeiro; ALTOUNIAN, Claudio Sarian; VIEIRA, Luís Afonso Gomes. *Governança Pública. O desafio do Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do Processo na Constituição Federal, Processo civil, penal e administrativo*. São Paulo: RT, 2009.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Constituição Federal comentada e legislação constitucional*. São Paulo: RT, 2006.

NEVADO-BATALLA MORENO, Pedro T. *Notas sobre Derecho Administrativo II*, Salamanca: Ratio Legis Librería Jurídica, 2002.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da eficiência. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, n. 30, p. 134-40, 2000.

NOHARA, Irene Patrícia. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2016a.

_____. Mudanças promovidas pela nova Lei das Estatais: pontos fortes e fracos. Artigo escrito e publicado no sítio eletrônico do Direito Administrativo em 16 ago. 2016. Disponível em: <<http://direitoadm.com.br/mudancas-promovidas-pela-nova-lei-das-estatais/>>. Acesso em: 23 dez. 2016b.

_____. *Reforma Administrativa e Burocracia. Impacto da eficiência na configuração do Direito Administrativo brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2012.

OAS.ORG. 2016a. *Red Hemisférica de Intercambio de Información para la Asistencia en Materia Penal y Extradición: Constitución de la republica*. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/mla/sp/ury/sp_ury-int-text-const.html>. Acesso em: 26 dez. 2016.

OAS.ORG. 2016b. *Red Hemisférica de Intercambio de Información para la Asistencia en Materia Penal y Extradición: Uruguai*. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/MLA/pt/ury/index.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. Participação Administrativa, *RETE – Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador, n. 3, set./out./nov., 2005.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Curso de Direito Administrativo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

_____. *Princípios de Direito Administrativo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Ato Administrativo*. São Paulo: RT, 1978.

_____. *Ato administrativo*. São Paulo: RT, 2001.

_____. *Curso de direito financeiro*. 4. ed. São Paulo: RT, 2011.

_____. *Curso de Direito Financeiro*. 6. ed. São Paulo: RT, 2014.

_____. Regime constitucional do direito financeiro. In: TORRES, Heleno Taveira (coord.). *Tratado de direito constitucional tributário: estudos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho*. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Responsabilidade fiscal*. 2. ed. São Paulo: RT, 2002.

ONODERA, Vincius Kiyoshi. O controle judicial das políticas públicas por meio do mandado de injunção, ação direta de inconstitucionalidade por omissão e arguição de descumprimento de preceito fundamental. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

ÓRGANO JUDICIAL. *Estado Plurinacional de Bolivia*. Disponível em: <<http://www.organojudicial.gob.bo/start.aspx>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

OSÓRIO, Fábio Medina. *Direito administrativo sancionador*. 2. ed. São Paulo: RT, 2005.

_____. *Teoria da improbidade administrativa: má gestão pública, corrupção e ineficiência*. São Paulo: RT, 2005.

PALU, Oswaldo Luiz. *Controle dos atos de governo pela jurisdição*. São Paulo: RT, 2004.

PASTOR, Juan Alfonso Santamaría. *Princípios de Derecho Administrativo*. 3. ed. Madrid: Colección Ceura, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, S/A, 2015.

PESTANA, Marcio. *Direito Administrativo Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. *A reforma administrativa constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PEREZ, Marcos Augusto. A audiência pública no direito administrativo brasileiro. In: FORTINI, Cristiana; IVANEGA, Miriam Mabel (coords.). *Mecanismos de controle interno e sua matriz constitucional: um diálogo entre Brasil e Argentina*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

_____. *A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas*. In *Políticas Públicas, Reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PISCITELLI, Tathiane. *Direito financeiro esquematizado*. 5. ed. São Paulo: Elsevier/Método, 2015.

PLANALTO. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 dez. 2016.

PLANALTO. *Lei n. 12.153, de Dezembro de 2009*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12153.htm>. Acesso em: 25 dez. 2016.

PLANEJA SAMPA. *Programa de metas 2013-2016*. Disponível em: <<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metasp/>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PLATON. *El Político*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionais, 1981.

PODER JUDICIAL DE LA NACIÓN. *República Argentina: Servicios Disponibles de Gestión Judicial*. Disponível em: <<http://www.pjn.gov.ar/>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

PONCE, Julio. *Diccionario Iberoamericano de Derechos Humanos: Voces en Derechos Humanos* (2011). Disponível em: <http://diccionario.pradpi.org/inicio/index.php/terminos_pub/view/40>. Acesso em: 25 dez. 2016.

PONTES DE MIRANDA, F. C. *Os fundamentos Atuais do Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Técnicas 1932.

_____. *Tratado de Direito Privado. t. IV*. Rio de Janeiro: Borsó, 1954.

PONTES FILHO, Valmir. *O controle das políticas públicas: cadernos de soluções constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2003.

PORFÍRIO, Fernando. Juiz determina instalação de atendimento de emergência. *Revista consultor jurídico*, jul., 2005.

POSNER, Richard A. *Economic Analysis of Law. Parte I*. New York: Aspen Publishers, 2007.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Lei orgânica do Município de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/educacao/cme/LOM.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

PROCURADORIA GERAL DISTRITAL DE LISBOA – PGDL. *Legislação*. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2248&tabela=leis&so_miolo=>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

RAMÍO MATAS, Carles. Los problemas de la implantación de nueva gestión pública em las administraciones públicas latinas: modelo de Estado y cultura institucional. In: *Reforma y Democracia (Revista do CLAD)*, Caracas, n. 21, p. 75-116, out., 2001.

RAMOS, Dircêo Torrecillas. *O Federalismo assimétrico*. São Paulo: Plêiade, 1998.

RAMOS, Elival da Silva. *A proteção aos direitos adquiridos no direito constitucional brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Controle Jurisdicional de Políticas Públicas, *Revista da Faculdade de Direito*, São Paulo, p.327-56, 2007.

_____. *Parâmetros Dogmáticos do Ativismo Judicial em Matéria Constitucional*. 2009. Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para a inscrição em concurso público visando o provimento de cargo de professor titular, junto ao departamento de direito do Estado área de Direito Constitucional, São Paulo, 2009.

RAMOS, Naimar M. *Planejamento e Política Financeira do Governo*. Brasília: Esaf, 1982.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. *O Ministério público e a efetividade das políticas públicas, Lex – Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: Lex S.A., 2002.

RANIERI, Nina. *Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito*. Barueri: Manole, 2013.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Cidades em que o Programa de Metas é obrigatório por lei*. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/programa-de-metas/cidades>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

RESUMOS E TRABALHOS. *Constituição da Itália de 1947*. Disponível em: <<http://www.resumosetrabalhos.com.br/constituicao-da-italia-de-1947.html>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

REVISTA DO TCM. *TCM 40: Edição Comemorativa dos anos 40 do Tribunal de Contas do Município de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

_____. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1975.

_____. Teoria do Conhecimento e Teoria da Cultura. In: *Revista Brasileira de Filosofia*, 285, p. 194-197.

RIBAS, Antônio Joaquim. *Direito Administrativo Brasileiro*. Brasília: Ministério da Justiça, 1968.

RIBEIRO, Ana Carolina Prado. A análise econômica do direito e sua aplicação. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. XVII, n. 131, dez., 2014. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15586&revista_caderno=27>. Acesso em: 24 dez. 2016.

RIVERO, Jean. *Curso de Direito Administrativo Comparado*. Tradução de J. Cretella Júnior. São Paulo: RT, 1995.

ROCHA, Cármem Lúcia Antunes. *Princípios constitucionais da administração pública*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

ROJO, Margarita Beladiez. *Validez Y Eficacia de los Actos Administrativos*. Madrid: Marcial Pons Ediciones Jurídicas S.A, 1994.

ROTTERDAM, Erasmo da. *Elogio della Pazzia*. Milano: Mondadori, 1964.

ROUSSEAU, Jean J. *O contrato social. Princípios do direito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SABINO, Marco Antonio da Costa. *Políticas Públicas, Judiciário e saúde: limites, excessos e remédios*. 2014. Tese (doutorado) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. Quando o Judiciário ultrapassa seus limites constitucionais e institucionais: o caso da Saúde. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

SADEK, Maria Teresa. Judiciário e Arena Pública. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

SALLES, Carlos Alberto. *Políticas Públicas e a Legitimidade para defesa de interesses difusos e coletivos*. São Paulo: RT, 2005.

SAMPAIO DÓRIA, Antônio Roberto. *Princípios Constitucionais Tributários e a Cláusula "Due Process of Law"*. São Paulo: RT, 1964.

SANTAMARIA PASTOR, Juan Alfonso. Estado Social de derecho y control jurídico de eficacia de la administración pública. *Revista Brasileira de Direito Público – RBDP*, Belo Horizonte, v. 5, n. 19, p. 165-79, out./dez., 2007.

SANTIAGO DANTAS, F. C. de. *Igualdade perante a lei e due process of law. Problemas de Direito Positivo*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

SANTOS, Alvacir Correa dos. *Princípio da eficiência da administração pública*. São Paulo: LTr, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SCAFF, Fernando F. (coords.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: RT, 2011.

_____. Normas gerais de direito financeiro. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; TORRES, Heleno. *Direito constitucional financeiro – teoria da constituição financeira*. São Paulo: RT, 2014.

SCHIESARI, Nelson. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 1982.

SCHMITT, Carl. *Teoria de la Constitución*. México: Editora Nacional, 1970.

SCHWARTZ, Bernard. *Administrative Law*. Nova York: Aspen Publishers, Inc., 1991.

SEIXAS, Therezinha da Silva. *Metodologia do Trabalho Jurídico-Científico*. São Paulo: Assahi, 2008.

SESIN, Domingo. *Administración Pública: actividad reglada, discrecional y técnica*. Buenos Aires: Deopalma, 1994.

SHAPIRO, Martin. Political Jurisprudence, *Kentucky Journal*, Kentucky, v. 52, n. 2, p. 294-345, 1964.

SHEPERD, Geoffrey e VALENCIA, Sofia. Modernizando a administração pública na América Latina: problemas comuns sem soluções fáceis. In: *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 47, v. 120, n. 3, p. 103-28, set./dez., 1996, 103-128.

SILVA, José Afonso. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: RT, 1989

_____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1994.

SILVA, Moacir Marques da. *Controle externo das contas públicas: o processo nos Tribunais de Contas do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Valmir Leôncio da. *A nova contabilidade aplicada ao Setor Público: Uma abordagem prática*. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do Direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. *O Judiciário e as políticas públicas*. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel (coord.). *Direitos sociais: fundamentação, judicialização e direitos sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SIMÕES, Edson. Os Tribunais de Contas e a Constituição de 1988. In: *TCM 40 – Edição Comemorativa dos 40 anos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

_____. *Tribunais de Contas: Controle externo das contas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2014.

SIMÕES, Mônica Martins Toscano. *O Processo Administrativo e a Invalidação de Atos Viciados*. São Paulo: Malheiros, 2004.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Common Law: Introdução ao Direito dos EUA*. São Paulo: RT, 1999.

SOUSA, Rodrigo Pagani de. Participação pública no processo decisório das agências reguladoras: reflexões sobre o direito brasileiro a partir da experiência norte-americana. In: *Fórum Administrativo - FA*, Belo Horizonte: Fórum, a. 2, n. 16, jun., 2002.

STRECK, Lenio Luiz. *As constituições sociais e a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental. 1988-1998, uma década de Constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

STUMM, Raquel Denise. *Jurisdição constitucional e hermenêutica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

_____. O papel da jurisdição constitucional na realização dos direitos sociais fundamentais. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Direitos fundamentais sociais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. *Princípio da proporcionalidade no Direito Constitucional brasileiro*. São Paulo: Livraria do Advogado, 1995.

SUNDFELD, Carlos Ari; MUÑOZ, Guillermo Andrés (coord.). *As Leis do Processo Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. *Ato Administrativo Inválido*. São Paulo: RT, 1990.

SUNDFELD, Carlos Ari; SOUZA, Rodrigo Pagani de. As modernas parcerias públicas com o Terceiro Setor. In: *Revista de Direito Administrativo & Constitucional - A&C*, Belo Horizonte, Fórum, a. 11, n. 43, jan./mar., 2011.

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial: AgRg no AREsp 635736 RJ 2014/0325113-0*. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/188565929/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-635736-rj-2014-0325113-0>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Recurso Especial: REsp 1091042 SC 2008/0210353-3*. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6061573/recurso-especial-resp-1091042-sc-2008-0210353-3>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Recurso Ordinário em Mandado de Segurança: RMS 43683 DF 2013/0302201-5*. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/186357454/recurso-ordinario-em-mandado-de-seguranca-rms-43683-df-2013-0302201-5>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

STJ – SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Aplicação das Súmulas no STF*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menusumario.asp?sumula=1227>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Decisões Monocráticas*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28MS%24%2ESCLA%2E+E+26547%2E+NUME%2E%29+NAO+S%2EPRES%2E&base=baseMonocraticas&url=http://tinyurl.com/a3omxe2>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

TÁCITO, Caio. *Previdência Privada - Desvio de poder e ato legislativo*. In: *RDP*, n. 100, out-dez/1991, ano 25, ISSN 0034-8015.

TALAMINI, Eduardo, *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, São Paulo:RT, 2ª ed., 2003.

TARDIN, Rodrigo Bassetti. *O “mínimo existencial” como pressuposto da imediata judicialização de políticas públicas*. Dissertação (mestrado), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, no prelo.

TAVARES, André Ramos; ROTHENBUR, Walter (org.). *Aspectos atuais do controle de constitucionalidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

_____. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 102, n. 384, p. 71-104, mar./abr., 2006.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios da administração científicas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

TCA – TRIBUNAL DE LO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. *Autoridades*. Disponível em: <<http://www.tca.gub.uy/autoridades.php>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

TOMÁS MALLÉN, Beatriz. *El derecho fundamental a una buena administración*. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 2004.

TORRES, Heleno. *Direito constitucional tributário e segurança jurídica: metódica da segurança jurídica do Sistema Constitucional Tributário*. 2. ed. São Paulo: RT, 2012.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____. O mínimo existencial e os direitos fundamentais. *Revista de Direito da Procuradoria Geral*, Rio de Janeiro, n. 42, p. 69-70, jul./set., 1990.

_____. *Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário: o orçamento na Constituição*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2003. (v.1).

TRIBUNAL DE CONTAS. *Pesquisa Jurisprudência: Módulo de Pesquisa de Dados por Acórdão ou Nº Processo*. Disponível em: <http://www.tcm.sp.gov.br/Jurisprudencia/juribusca_inter.asp>. Acesso em: 08 jan. 2017

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO – TJ-SP. *Apelação: APL 00054404820108260156 SP 0005440-48.2010.8.26.0156*. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/184837326/apelacao-apl-10383872020148260053-sp-1038387-2020148260053>>. Acesso em 31 dez. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO – TJ-SP. *Apelação: APL 10383872020148260053 SP 1038387-20.2014.8.26.0053*. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/184837326/apelacao-apl-10383872020148260053-sp-1038387-2020148260053>>. Acesso em 31 dez. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO – TJ-SP. *Apelação: APL 10470834520148260053 SP 1047083-45.2014.8.26.0053*. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/188576473/apelacao-apl-10470834520148260053-sp-1047083-4520148260053>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO – TJ-SP. *APL 00027103620128260466 SP 0002710-36.2012.8.26.0466*. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/263137489/apelacao-apl-27103620128260466-sp-0002710-3620128260466>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL – TJ-DF. *Apelação/Reexame necessário: APO 20130110359764 DF 0001877-95.2013.8.07.001*. Disponível em: <<http://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/115339858/apelacao-reexame-necessario-apo-20130110359764-df-0001877-9520138070018>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO – TJ-ES. *Agravo de Instrumento: AI 09004118920118080048*. Disponível em: <<http://tj-es.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/399060297/agravo-de-instrumento-ai-9004118920118080048>>. Acesso em 31 dez. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO – TJ-ES. *Remessa Ex-officio: 35070250945 ES 35070250945*. Disponível em: <<http://tj-es.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5051935/remessa-ex-officio-35070250945>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO – TJ-MA. *Mandado de Segurança: MS 0054422012 MA 0005547-48.2012.8.10.0001*. Disponível em: <<http://tj-ma.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/171217619/mandado-de-seguranca-ms-54422012-ma-0005547-4820128100001>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ – TJ-PR. *9291721 PR 929172-1 (Acórdão)*. Disponível em: <<http://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22835248/9291721-pr-929172-1-acordao-tjpr>>. Acesso em 31 dez. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO - TJ-RJ. *APELAÇÃO: APL 00026306520108190069 RJ 0002630-65.2010.8.19.0069*. Disponível em: <<http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/116652047/apelacao-apl-26306520108190069-rj-0002630-6520108190069>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – TRF-3. *REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: REOMS 31005 SP 97.03.031005-2*. Disponível em: <<http://trf-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17779952/remessa-ex-officio-em-mandado-de-seguranca-reoms-31005-sp-9703031005-2-trf3>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – TRF-4. *APELAÇÃO CÍVEL: AC 7100 RS 0028936-48.2008.404.7100*. Disponível em: <<http://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17191347/apelacao-civel-ac-7100-rs-0028936-4820084047100-trf4>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – TRF-5. *Apelação/Reexame Necessário: APELREEX 00016014920134058200 AL.* Disponível em: <<http://trf-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178210706/apelacao-reexame-necessario-apelreex-16014920134058200-al>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – TRF-6. *RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA: RO 117300542009506 PE 0117300-54.2009.5.06.0008.* Disponível em: <<http://trt-6.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22653207/recurso-ordinario-trabalhista-ro-117300542009506-pe-0117300-5420095060008-trt-6>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST. *RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA: RO 104466820145030000.* Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/170289259/recurso-ordinario-trabalhista-ro-104466820145030000>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

TRUJILLO, Elcio. *Responsabilidade do Estado por Ato Lícito*. São Paulo: Editora de Direito, 1996.

TUCCI, Rogério Lauria. *Lineamentos do Processo Penal Romano*. São Paulo: Bushatsky, 1976.

URUGUAI, Paulino José Soares de Souza Visconde do. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

VALLE, Vanice Lório do. Direito fundamental à boa administração, políticas públicas eficientes e prevenção do desgoverno. *Interesse Público*, Porto Alegre, v. 10, n. 48, p. 87-109, mar./ago., 2008.

VILLAR Y ROMERO, José María. *Derecho Procesal Administrativo*. Madri: Editorial Revista de Derecho Privado, 1944.

VILLEY, Michel. *Filosofia do Direito: definições e fins do direito, os meios do direito*. Tradução de Márcia Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O direito e os direitos humanos*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VITTA, Heraldo Garcia. O princípio da eficiência e a discricção administrativa. *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos*, Bauru, n. 36, p. 405-7, dez./abr., 2002/2003.

VIVES, Francesc Vallés. *El control externo del gasto público: configuración y garantía constitucional* Madrid:Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2003.

V-LEX ESPAÑA. *Ley 30/1992, de 26 de noviembre, de Régimen Jurídico de las Administraciones Públicas y del Procedimiento Administrativo Común*. Disponível em: <<http://libros-revistas-derecho.vlex.es/vid/ley-30-1992-26-648531125>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

WALINE, Marcel. *Droit Administratif*. Paris: Lib. Rec. Sirey, 1963.

WATANABE, Kazuo. Controle jurisdicional de políticas públicas – “Mínimo existencial” e demais direitos fundamentais imediatamente judicializáveis. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

WATANABE, Kazuo et al. *Código de Defesa do Consumidor comentado pelos Autores do Anteprojeto*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

WEBER, Max. “Die drei reinen Typen der legitimem Herrschaft.” In: WINKELMANN, Johannes. 4. ed. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1979.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WILSON, Woodrow. The study of administration. Washington: Political Science Review, 1887. *Revista de Serviço Público*, v. 2, n. 9, mai., 1946.

ZAGO, Livia Maria Armentano Koenigstein. *O Princípio da Impessoalidade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ZANCANER, Weida. *Da Convalidação e da Invalidação dos Atos Administrativos*. São Paulo: RT, 1990.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. A Teoria da Separação de Poderes e o Estado Democrático Constitucional. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.

ZANOBINI, Guido. *L'ATTIVITÀ AMMINISTRATIVA E LA LEGGE*. In: *Revista de Direito Público*. Milão: Dott A. Giuffrè, 1955.

ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria Geral do Estado*. 2. ed. Tradução de Antônio Cabral de Moncada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

ZUFELATO, Camilo, Controle judicial de políticas públicas mediante ações coletivas e individuais. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. (coord.). 2. ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2012.